

O PAPEL DAS FAMÍLIAS NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): IMPACTOS NA LEGISLAÇÃO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Professora Beatriz Estevan Pereira
Estudante de Mestrado no PPGECC - UERJ/FEBF
E-mail: beatriz.estevanpereira@gmail.com

Professora Nubia Rangel Mayworm
Estudante de Mestrado no PPGECC - UERJ/FEBF
E-mail: biamayworm@hotmail.com

Cláudio Adão Pereira da Silva
Graduando de Pedagogia UNIBF
E-mail: claudioadaopereiradasilva@gmail.com

Introdução

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um desafio que envolve não apenas a adaptação das práticas pedagógicas, mas também a mobilização de famílias, educadores e legisladores.

A participação ativa das famílias tem se mostrado crucial na promoção de uma educação que respeite e atenda às necessidades específicas dessas crianças.

...E a família é o termômetro que mede a eficácia, a evolução do tratamento recebido pelo autista, (...). Pela sua extrema importância, a família pode ajudar na inclusão do filho autista num mundo onde ele não se vê, onde não se encontra e onde acha difícil comunicar-se. (PEREIRA; FERNANDES, 2021, p.99)

Nesse sentido, exemplos importantes dessa mobilização incluem a criação da Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), uma conquista significativa na defesa dos direitos dos autistas no Brasil, resultante da incansável luta de uma mãe determinada a garantir um futuro melhor para seu filho.

Conforme Pereira e Fernandes (2021), anterior à Lei Berenice Piana, as pessoas com autismo enfrentavam a ausência de uma legislação específica que assegurasse seus direitos fundamentais de acesso à educação e atendimento especializado.

Pensando nisso, este breve estudo explora a importância das famílias na luta pelos direitos educacionais de crianças com TEA, destacando como suas percepções, ações e mobilizações têm influenciado a legislação e a prática da educação inclusiva.

Além disso, discute-se aqui as variações nas percepções familiares sobre a educação inclusiva, refletindo as diferenças de acesso à informação e recursos, bem como as implicações dessas percepções para a implementação eficaz das políticas inclusivas.

Discutindo a Importância Familiar na Inclusão de Crianças com TEA

A educação especial na perspectiva da inclusão tem se tornado um tema central nas discussões sobre direitos humanos e educação. A inclusão escolar, segundo Gonçalves

(2022), visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou emocionais, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes regulares de ensino. Pensando nisso, este breve estudo enfoca especificamente a importância das famílias na luta pelos direitos de seus filhos com TEA, ilustrando como suas ações têm impactado significativamente a legislação e as práticas educacionais no Brasil.

Assim, cita-se que, segundo Gonçalves (2022), a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), nomeada em homenagem à mãe de um jovem com autismo que liderou uma incansável campanha pelos direitos dos autistas, é um marco legal que exemplifica o poder da mobilização familiar. Esta lei estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegurando direitos fundamentais como acesso à educação, saúde, e proteção contra discriminação. Berenice Piana, como mostrado em Gonçalves (2022), ao perceber as barreiras enfrentadas por seu filho, tomou a iniciativa de buscar informações, mobilizar outras famílias e pressionar o governo, resultando em uma legislação que mudou a vida de milhares de famílias.

Paralelamente Pimenta (2019) menciona em seus estudos o Parecer CNE/CEB nº 50/2005, que orienta sobre a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, também destaca o papel crucial das famílias. Segundo a autora, ele reconhece que a colaboração entre escola e família é essencial para o desenvolvimento integral dos alunos com TEA. As famílias são vistas não apenas como apoiadoras, mas como parceiras ativas no processo educativo, cujas experiências e conhecimentos são fundamentais para a adaptação curricular e a implementação de práticas inclusivas eficazes.

Pimenta (2019, p.14) ainda salienta que “a percepção das famílias sobre a educação de seus filhos autistas varia amplamente, visto que algumas famílias, ao se depararem com o diagnóstico, buscam informações, estudam e tornam-se especialistas em direitos e pedagogias inclusivas”.

Para a autora, a inclusão escolar a partir da perspectiva das famílias revela que muitas vezes são os pais e responsáveis que identificam e lutam contra práticas discriminatórias nas escolas. Eles estão na linha de frente, enfrentando preconceitos e exigindo que as instituições educacionais cumpram as leis de inclusão. Esta luta pode ser solitária e desgastante, mas também é movida pelo amor e pela determinação de garantir um futuro melhor para seus filhos.

Além disso, a autora cita que as percepções das famílias sobre a inclusão variam de acordo com suas experiências pessoais e que os responsáveis cujas as crianças têm acesso a escolas com práticas inclusivas bem implementadas tendem a relatar progressos significativos no desenvolvimento social e acadêmico de seus filhos. Em contraste, aqueles que enfrentam ambientes escolares hostis ou mal preparados frequentemente relatam frustração e retrocessos no desenvolvimento de seus filhos. Tendo isso em mente, salienta-se a importância de estudos serem edificados para abrirem novas discussões e olhares acerca de tal temática.

Considerações Finais

Por meio deste artigo, descobre-se que a educação inclusiva não pode ser efetiva sem o envolvimento ativo das famílias e que a construção de uma rede de apoio que inclua escolas, famílias e profissionais especializados é fundamental para garantir que as crianças com TEA recebam uma educação de qualidade.

Nesse sentido, políticas públicas, como a Lei Berenice Piana e diretrizes como o Parecer CNE/CEB nº 50/2005, são passos importantes, mas a sua implementação eficaz depende do engajamento contínuo e informado das famílias.

Desta forma, compreende-se que as famílias desempenham um papel vital na promoção da educação inclusiva para crianças com TEA e que suas lutas, conhecimentos e percepções são fundamentais para moldar políticas e práticas educacionais que respeitem e valorizem a diversidade.

Assim, salienta-se que a história da Lei Berenice Piana é um poderoso exemplo de como a mobilização familiar pode resultar em mudanças legislativas significativas, destacando a importância de continuar apoiando e capacitando as famílias na defesa dos direitos de seus filhos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União.

GONÇALVES, Laise; et al. Inclusão escolar de alunos portadores de Transtorno do Espectro Autista na educação infantil: uma revisão sistemática. *Brazilian Applied Science Review*, [S. l.], p. 1382-1394, 30 jun. 2022.

PIMENTA, Paula. Clínica e Escolarização dos Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *Educação & Realidade*, [S. l.], p. 17, mar. 2019.

PEREIRA, Elizabeth Rodrigues de Oliveira; FERNANDES, Ediclea Mascarenhas. O corpo ganha lugar na educação inclusiva: um olhar para a motricidade no transtorno do espectro do autismo (TEA). Curitiba: Crv, 2021.